

Aspectos de
etnolingüística —
a toponímia
carioca e
paulistana —
contrastes
e confrontos

*“Devemos estabelecer que os nomes próprios fazem parte integrante de sistemas tratados por nós como códigos: meios de fixar significações, transpondo-as para termos de outras significações”
(Lévi-Strauss, 1976).*

INTRODUÇÃO

O estudo da toponímia, como o concebemos, representa mais do que a busca etimológica da origem dos nomes inscritos em um determinado código lingüístico, principalmente quando procuramos parâmetros para uma abordagem contrastiva. Pesquisas voltadas a essa meta costumam apresentar dificuldades mais do que certezas. Implicam não apenas o conhecimento do meio em que os designativos se constroem como, muitas vezes, o conhecimento do meio próximo ou vizinho. Fronteiras políticas nem sempre se circunscrevem às fronteiras lingüísticas; por isso, as influências de uma tipologia denominativa presente em um território podem se fazer sentir em outros sem que o grupo de usuários se dê conta das circunstâncias do emprego. Homens diferentes, em diferentes espaços ou em diferentes épocas, recebem da paisagem estímulos (S) que podem recobrir os mesmos traços de motivação geradores de respostas lingüísticas (R) aproximadas.

As nomenclaturas, assim, assemelham-se a palimpsestos que, superpostos, em certos casos, reduzir-se-iam a poucas matrizes básicas. Em um conjunto toponomástico, as distinções sintagmáticas internas, ocorrendo pelo emprego de elementos gramaticais derivados ou marcadores de circunstâncias, reportam-se às teorizações conhecidas desde as hipóteses formuladas por Sapir para a composição do sistema léxico de uma língua. O denominador, assim, pode passar do estágio contemplativo das influ-

ências naturais à posição dialética ativa, de um construtor de imagens e símbolos nominais. Preenche os vazios do espaço recortando lugares e dando-lhes conformação referencial pelos nomes de batismo.

Ao estudar a anatomia da cultura nativa pelo etnólogo de campo, Malinowsky (1986, p. 35) afirmou que, embora tudo “esteja estabelecido e cristalizado”, na realidade, “não está formado em lugar nenhum”. É válido adotar-se, para o entendimento da formação etnolingüística dos denominativos, o complemento do postulado do autor, no contexto ideológico referido: “as regularidades nas instituições nativas são resultado automático da interação entre as formas mentais de tradição e as condições materiais do ambiente”. Nesses dois pólos, que condicionam a atividade subjetiva ou objetiva do nomeador, frente ao espaço a nomear, situam-se as origens das denominações; em sua intermediação lingüística, lugares se constroem, assim, de modo figurativo, pelo simbolismo dos signos. Por isso distinguimos o “lugar” do “não-lugar”, ou seja, a porção do espaço em um sítio qualquer que recebe o investimento semântico da língua, tornando-se representável e identificável intra e extracorpora. Possível, também, de “posse” e “domínio” comunitário. Essa qualidade, do ponto de vista da etnolingüística, é outorgada pelo nome que se torna, portanto, o dado referencial, definidor e identitário do objeto. O próprio grupo, porém, no decorrer das épocas, pode operar mudanças significativas na palavra-nuclear escolhida,

ocorrendo a desconstrução semântica pela aquisição de outros significados paralelos, ou acepções novas, que alteram a primitiva semia do termo. O fato não é estranho às línguas, pois integra um processo dinâmico da produção do sentido, nos diversos sistemas de comunicação.

□

A ETNOLÍNGÜÍSTICA. ESTABELECIMENTO DO OBJETO DE ANÁLISE

O aparecimento recente da antropologia social ou cultural possibilitou estudos buscando o conhecimento do homem por inteiro e da “lógica específica da sociedade que se estuda” (Laplantine, 1991, p. 25).

Entender, porém, o comportamento dos indivíduos que participam de um organismo social e o mecanismo das instituições que os regulam, ganhou vulto depois que outros conjuntos humanos vieram a se contrapor à hegemonia européia. Na perspectiva sincrônica dos estudos contrastivos, a etnolingüística firmou-se como decorrência da necessidade de se entender as variantes e as invariantes sociais, bem como os níveis de linguagem que modelam os pensamentos e o modo de ser e de viver da população em análise; ou, como diz Pottier (1973, pp. 124-5), a etnolingüística traduz “o estudo das relações entre uma língua e a visão de mundo daqueles que a falam” que é, em suma, o estudo do próprio código, de sua função e de suas mensagens.

Ao se colocar em confronto povos culturalmente distintos em seus hábitos, percepções e modos de expressão lingüística, considera-se que as situações existenciais de cada grupo em presença poderão ser modificadas, valorizadas, aceitas ou até repudiadas. A rede de relações intrínsecas particulares a cada um pode se alterar, tornando-os receptivos a outros sistemas, moldando o que Lévi-Strauss chamou de sociedades “frias” e “quentes”, permeáveis ou não a mudanças externas. Conseqüente-

mente, a estrutura lingüística da comunidade pode não permanecer alheia a esse contexto, abrindo-se a outros níveis de contribuição étnica, e tornando-se mutável, ainda que não totalmente, na expressão e no conteúdo, pela transferência e incorporação de novos elementos idiomáticos. Por exemplo, da situação de isolamento que compartilhavam as sociedades americanas, passou-se à convivência intensa, originando um acelerado processo de aculturação e, por conseguinte, de deculturação. Se nos hábitos sociais da população da América, fatores étnicos infiltraram-se com facilidade, outro tanto ocorreu também na língua, seja no português ou no espanhol americanos. O fenômeno da aplicação toponímica dos amerigenismos, como decorrência do aprendizado das diversas línguas em contato, surgiu não como uma ruptura dos superestratos instalados e, sim, como um dado contingente. O conhecimento da terra, em seus pormenores físicos, seria mais tranqüilo se a apreensão ocorresse pelos designativos autóctones. Explica-se, assim, o volume dos nomes oriundos da chamada língua geral brasílica, no país, distribuídos em vários campos semânticos (Dick, 1990).

Mesmo em códigos lingüísticos comuns aos grupos, há disponibilidades lexicais que caracterizam estratos denominativos semelhantes ou não, intra-sistema. Corominas, no estudo da terminologia de Cuyo, Argentina, firmou este ponto: “*en todos los países hay terminaciones típicas de una zona, que caracterizan por decirlo así, su ‘paisaje toponimico’*. *Ellas constituyen un precioso indicio para la etimología del nombre, puesto que se sabe a que idioma pertenecen*” (apud Dick, 1990, p. 99).

No quadro civilizatório brasileiro, São Paulo e Rio de Janeiro tiveram origens próximas. Marcados por situações geográficas distintas, que costumam motivar as características nominativas regionais, geralmente em oposição, os dois estados refletem contrastes ambientais apontados por Sapir em seus estudos sobre os paiutes e os nootkas, dos Estados Unidos. Os constituintes lexicais identitários desses grupos nativos oporiam elementos significativos

decorrentes do próprio sistema socioeconômico-cultural.

Não se pode dizer que São Paulo seja uma região plenamente interiorizada, no sentido estrito do termo (grande distanciamento da costa marítima modelando hábitos sociais e lingüísticos muito diferenciadores), em comparação às distâncias do Centro-Oeste, com inclinações para as fronteiras. Não estando, porém, à beira-mar e contando com a muralha da serra, a subida e a descida à costa eram feitas, nos primeiros tempos, pelo caminho “mais áspero que há no mundo”, como diziam todos os cronistas quinhentistas e seiscentistas. Essa situação paisagística justificaria, assim, os termos desta pesquisa, voltados para a projeção ou não das diferenças físico-culturais no sistema onomástico das duas regiões. A proposta do trabalho, portanto, é verificar em que pontos coincidem os topônimos cariocas e paulistanos e no que diferem; se diferentes, a que causas são devidas as distinções, ou oriundas do meio ou ditadas pelo denominador, em seus estímulos e reações socioculturais. Para os limites desta exposição, enfocaremos, do plano ambiental, alguns aspectos da geomorfologia e, no plano antropocultural, as formações urbanas do chamado centro histórico, centro velho ou simplesmente centro das duas cidades brasileiras.

Neste último setor, é na zona urbana, com suas expansões sociais e criações lingüísticas, que se constata, mais de perto, a ligação do denominador ao mundo político por ele constituído e uma interferência manipuladora em maior grau.

□

A ETNOTOPONÍMIA COMPARADA

Estudiosos da formação da sociedade brasileira, como Silvio Romero, no século XIX, ou Diègues Junior, no século XX, mostram que as ciências do homem se completam no próprio homem, na inter-relação do conhecimento antropológico, sociológico e histórico (Diègues Junior, 1976, p. 30). Diègues Junior direcionou seus estu-

dos para o “homem temporalmente ecológico” ou “o homem ecológico criador”, chegando a construir um modelo de estudo das raízes brasileiras por esse prisma das diversidades regionais, que encontram na língua a sua unidade geral.

A onomástica, como parte do sistema comunicativo, terá condições de fixar ou retratar, de modo direto, os elementos indiciais prioritários da comunidade que analisa. Do ponto de vista da formação gramatical, o topônimo não pode ser considerado apenas como uma unidade léxica genérica porque recobre funções sintagmáticas, de verdadeiros enunciados modais. Vários fatores concorrem para sua manifestação e fixação como vetor, ou seja, o tempo da enunciação e a efetivação do uso, quando o nome entra, de fato, na corrente onomástica. Passa-se, assim, do plano expressivo ao cognitivo propriamente dito, que conduz aos planos informativo e afetivo; este estágio garante a manutenção do emprego, num *continuum*. Mesmo conhecido e interpretado convenientemente, o distanciamento cronológico do aparecimento de um nome, no mesmo espaço, ou não, é o responsável pela incorporação ao termo específico de outros sentires e dizeres. A meta ideal das pesquisas onomásticas, portanto, é procurar em que instância ou nível semântico instalou-se a ruptura do sentido original, fruto das variações de registros.

Esse (re)conhecimento definirá o estatuto do vocábulo como um denominativo pleno ou, ao contrário, pouco expressivo em sua função transitiva. O procedimento etnolingüístico que visa a resgatar as estruturas profundas dos locativos, ou as condições que ancoraram o seu próprio constituir-se, é o método hábil para se entender o sistema onomástico por um ângulo único ou por vários outros em concorrência. É o que diz Pais (1997, p. 222) ao referir-se ao fato de que “todas as semióticas-objetos constituem processos de produção de significação, de produção de informação, de produção e sustentação de ideologia, de sistemas de valores”, explicados “por um modelo simples: o da oposição entre eixo para-

digmático e sintagmático”. A posição teórica do autor está presente no modelo onomástico que construímos em nossas análises sobre as nomenclaturas em estudo.

□

A TOPONÍMIA CARIOCA E PAULISTANA

As regiões de São Paulo e Rio foram ocupadas muito proximamente, no tempo, por grupos étnicos diferentes; portugueses e franceses, com pouca diferença temporal, tiveram, porém, que se defrontar, antes, com os grupos da terra e estabelecer com eles uma relação dialética de convivência, fosse de dominação ou de acomodação cultural.

Se, nesse plano, houve semelhanças de atitudes, o quadro onomástico resultante do primeiro encontro do europeu com a terra foi diferente. Franceses queriam estabelecer, no Rio, uma colônia a que chamaram de França Antártica, de credo religioso, com doutrinadores cristãos, romanos e calvinistas, como Coligny, Villegaignon, Léry, Thevét. A partir da conquista do chão ou da chegada à costa, em 1547, e nos anos seguintes, até o sucesso de Mem de Sá, alguns nomes franceses foram registrados por Léry, como Henryville ou Ville Henry, Fort Coligny, Ille Villegaignon, La Briquetêrie. São Paulo desconheceu tal modalidade denominativa, sendo fiel, nesse sentido, ao programa onomástico lusitano, nos séculos iniciais da conquista.

Os dois territórios, porém, estavam imersos na língua e cultura nativas, de uma mesma família dialetal (tupi-guarani) com variações locais (tupinambá, tamoio, tupiniquim, tupi de São Vicente, por exemplo) que não interferiam no eixo léxico-semântico dos vocábulos apreendidos. Uma porção considerável dos vocábulos autóctones voltava-se à hidronímia (em São Paulo: Tietê, Anhangabaú, Tamanduateí, Pacaembu, Tatuapé, Mooca, Saracura...; no Rio: Acari, Andaraí, Catete, Inhaúma, Maracanã, Meriti, Pavuna, por exemplo).

Assim como na hidronímia, a oronímia apresenta, também, nomes extraídos das línguas étnicas faladas nos locais, o que consubstancia um dos princípios teóricos da ciência dos nomes: os estratos fônicos revestem, universalmente, as camadas lingüísticas mais antigas, que permanecem em uso apesar da sucessão de povos pelo território. A mudança dos nomes não atinge – ou dificilmente, apenas – rios, morros, montanhas, cujas formas lingüísticas, permanentes, podem permitir o aprofundamento dos estudos comparativos.

A hodonímia

A importância dos caminhos e do relevo na nomenclatura excede o sentido conceptual e lingüístico de sua terminologia. Ao lado de um valor socioeconômico que emprestam aos sítios onde se encontram, no campo da significação subjetiva, despertam sentimentos conflitantes. Sensações de fechamento e abertura, de perspectivas amplas, grandes altitudes ou depressões profundas podem levar, muitas vezes, ao misticismo noológico, o que, de uma certa forma, é amparado pela própria literatura, ao falar em “montanha dos deuses”, “profundezas do inferno”, “vales assombrados”, “o caminho encantado”.

No mundo rural, caminhos internos continuam sendo interpretados como caminhos, trilhos ou veredas; os caminhos dos povos autóctones, porém, ganham outra significação em seu universo conceptual, partindo-se do fato de serem essas populações grandes caminantes, por uma característica etnológica. A toponímia brasileira conserva até hoje lexias indicativas desses modos de locomoção na forma (a)-pé, geralmente em composição sintagmática (ex.: tatu-(a)pe, “caminho do tatu”).

Em São Paulo, as Atas da Vila registram duas trilhas quinzentistas famosas, a dos tupiniquins, que conviveu com o chamado “caminho do Padre José”, e o “caminho do mar”, depois “caminho velho do mar”. Uma das enfações paulistas mais

conhecidas sobre rotas pré-históricas ligase ao caminho do Peabiru, rota indígena secreta, que teria sido aberta por Sumé, entidade mística indefinida, se herói epônimo dos grupos costeiros, se sincretismo religioso ocidental; nesse caso, as pegadas nas rochas do caminho, que chegaria ao Peru, teriam sido feitas pelo apóstolo São Tomé, em sua passagem pela América para pregar o cristianismo. O percurso seguido seria de Cubatão ou São Vicente, pela Serra do Mar, terras do Paraná, Santa Catarina até as missões sulinas, atingindo os domínios guaranis, em Assunção. Como rota em aberto, ensejaria ataques reversos até que foi desativado, segundo Abreu (1987, p. 60). O Peabiru não era, porém, o “caminho do mar” da população da vila, mas o caminho do interior; há entre os dois uma relação disjuntiva de oposição geográfica, e não de oposição semântica. O caminho do mar era concreto, com usuários conhecidos, constantemente feito e refeito pela mão-de-obra de terra; de sua conservação dependiam as trocas comerciais entre São Paulo e o litoral. Era o caminho quinhentista por excelência, mas, à medida que outros núcleos periféricos à vila iam surgindo ou se alastrando por pontos distantes, novos caminhos começam a se impor à população, como os caminhos de Birapoera ou Virapoeira (atual Ibirapuera), descrito nas Atas desde 1575; Piquiri, Ambuaçava, Pinheiros, Ipiranga (variante do “caminho do mar”), Samambaitiva, Tejuguassu, Guarepe (desaparecido). O caminho de Tabatingoera, pelo menos em nossa opinião, deve ser referido destacadamente; por ele também se chegava ao mar, na zona hoje conhecida por Glicério, área baixa da cidade. Da tabatinga indígena, ou barro amarelado, não escuro, eram feitas as casas da vila. A “tabatingüera” dos registros, com sufixo de mais de um núcleo sêmico (-uera, “passado”, “velho”, “envelhecido”, “abundância”), nome de rua em substituição ao caminho, é designação maior na cidade de São Paulo, como antes fora em Piratininga, a primeira vila. Na carta geográfica de 1868, do engenheiro Carlos Rath sobre os arrabaldes da cidade, os caminhos nomeados

denotam ligações com bairros que se configuraram como os mais antigos noticiados: Luz, Brás, Mooca, Santo Amaro, Penha e até núcleos do interior, depois transformados em grandes cidades, como Sorocaba e Campinas.

A importância dos caminhos é maior, sem dúvida, do que o permite a extensão deste texto. Basta refletir sobre a questão das fronteiras políticas de um território, o alargamento natural para a definição de domínios à época das conquistas e da fixação dos limites territoriais. Basta se debruçar também um pouco na área das missões religiosas guaranis, ao sul, ou no Paraguai; ou ao norte, na ilha do Maranhão, de que Abéville nos dá conta, ao relatar, no século XVII, as tentativas de guerras francesas locais, para se verificar a natureza do problema. Por detrás da fixação dos caminhos, há sempre um relato de lutas e conquistas, que se situa na própria “raiz da vida social de um grupo”, no dizer de Clastres (1978, p. 73).

Talvez o Rio não tenha registrado, em sua literatura, um “peabiru” do mesmo grau valorativo da rota indígena paulista. O Rio teve, entretanto, o seu “caminho real”, ligado em definitivo à formação da Capitania das Minas, no séc. XVIII. Os principais personagens desse cenário estão ligados ao episódio dos emboabas, Manuel da Borba Gato, seu sobrinho Jerônimo Pedroso de Barros, Salvador Furtado, Bartolomeu Bueno Feio, senhores de Ouro Preto, e o principal deles, Garcia Rodrigues Paes, filho de Fernão Dias e seu herdeiro presumido. Eram paulistas famosos que se opuseram aos forasteiros portugueses e de outros estados, até mesmo do Rio, como diz a literatura. Garcia Paes, contratador do fornecimento de carnes para a Capitania, tornou-se conhecido como o construtor de fato do “caminho novo das minas para o Rio”; era considerado, pela sua descendência, como “figura de proa e ressonâncias históricas, homem de grande ação e de vasta experiência sertanista” (Salles, 1982, p. 69).

O uso do caminho passou a ser mais intensificado pela continuidade do ciclo dos minérios e, principalmente, porque, em 1720, como uma das conseqüências da

guerra dos emboabas, Minas desmembrou-se de São Paulo, tornando-se capitania autônoma, com direito ao livre comércio. Mawe descreve a nova rota entre as duas províncias, a partir da criação de Vila Rica, quando de sua ida a Barbacena; era “de escabrosidade aterradora, na extensão de uma milha, morrendo no Rio das Mortes, aí de pouco volume, anfiteatro de montanhas de grandes alturas”. O autor prossegue na descrição:

“[em Barbacena] Dois grandes caminhos, vindos de zonas mineiras, unem-se neste lugar, formando a grande estrada que conduz ao Rio de Janeiro. O caminho do oeste vem de São João del Rei, Sabará e Cuiabá; o outro, de Vila Rica, Mariana, Vila do Príncipe, Tijuco, Minas Novas, etc. Sendo uma espécie de ponto de descanso a meio caminho da capital, e último lugar aberto situado sobre a estrada, é muito freqüentado pelos habitantes do interior, fazendo comércio considerável de diferentes mer-

cadorias, principalmente de tecidos de lãs leves, panos de algodão, sal e ferro” (Mawe, 1978, pp. 116-7).

Compreende-se, assim, por que o Rio foi chamado, na época, de “o principal empório do Brasil e, em particular, das províncias de Minas Gerais, São Paulo, Goiás, Cuiabá e Curitiba” (p. 82); não apenas por unir pontos mediterrâneos, mas por abrir seus portos ao comércio exterior, atingindo outros países.

São Paulo, com uma vocação mais interiorizada, rompendo fronteiras mediterrâneas, desenvolveu, de um certo modo, papel semelhante através das feiras de gado de Sorocaba, que se estendem para os campos do sul. No retorno, as tropas traziam produtos comercializáveis como sal, óleos, louças, possibilitando a formação de arraiais como entrepostos e o surgimento de novos nomes.

A geomorfologia: os morros

Manuel Aires de Casal, em sua *Corografia Brasílica*, revelou-se um crítico agudo da personalidade dos paulistas, cujos avoengos não foram “boa gente”; sua cidade, citando outro autor, era “uma república independente”, composta “de bando-leiros” e “grandes ladrões” (Casal, 1976, p. 105). Incomodava-o não apenas as brigas internas, mas a “forma como adquiriram sua fortuna”, a altivez sendo fruto da opulência e da bandagem.

Em momento anterior (Dick, 1997, pp. 31-2, 364), já estudamos a conduta do mameluco antes de se tornar paulista, ao projetar o mapa de São Paulo além da jurisdição territorial limitada, não havendo necessidade de retomar esses pontos. Entendíamos, então, que o relevo fora o fator determinante principal do estilo de vida instalado em Piratininga, e a terra a grande personagem condutora de seu destino. Anchieta, na *Informação do Brasil* (1964, p. 36), descreve a situação da vila a 14 léguas de São Vicente, três por mar e as mais



por terra, por um dos “mais trabalhosos caminhos que creio não há em muita parte do mundo”. Mero ponto de apoio no planalto para os que demandassem o interior, Piratininga acabou por se firmar como núcleo, ainda que vazio de homens, mas não abandonado. Os limites primitivos, ou suas fundações de caixas, não se sabe onde eram, só há hipóteses. Mesmo assim prosperou, num solo pobre. Koseritz (1980, p. 258), bem depois, falando de São Paulo, diz ser “das mais velhas do Brasil, com o aspecto de todas as velhas cidades”. Aires de Casal a chamara de “cidade medíocre”, enquanto “São Sebastião” era “uma das mais consideráveis, populosas, ricas e comerciantes cidades da América” (p. 110). Dois discursos, duas linguagens, duas semânticas, duas visões etnolinguísticas de um mesmo narrador.

O que os viajantes exaltavam no Rio era a beleza da paisagem, desconsiderando as finalidades de cada uma delas e o papel que deveriam representar. Maria Graham (1990, p. 306) diz que a praia de Botafogo certamente é “um dos panoramas mais belos do mundo”, enquanto Saint-Hilaire (1974, p. 14) julga que “nada no mundo, talvez, haja tão belo quanto os arredores do Rio de Janeiro”.

O Rio também trocou o lugar de seu nascimento em função do relevo. A primeira povoação, Vila Velha, como a Piratininga do planalto, não deixou vestígios; a cidade chamada de São Sebastião pelos portugueses de Estácio tem seus fundamentos entre os chamados morros Cara de Cão e Pão de Açúcar, designativos metafóricos, dentro do contexto da fortaleza de São João, nome objetivo e concreto. A conformação geográfica da costa, com seus meandros, condicionou o desenvolvimento do núcleo nascente. O mapa urbano atual mostra o traçado da cidade espalhado em blocos concentrados à beira-mar; as barreiras orográficas constroem os paradigmas denominativos e ganham autonomia identificadora. Por exemplo, os morros da Babilônia, da Viúva, dos Cabritos, de São João, do Telégrafo, do Cócrane, da Taquara, alternam-se a outras lexias genéricas que

traduzem a mesma idéia de elevação, como pedra da Gávea, Dois Irmãos, Bonita; Pico da Tijuca; Gruta da Imprensa; Bico do Papagaio; Serra do Engenho Velho, dos Pretos Forros; Mesa do Imperador; Vista Chinesa; Alto da Boa Vista. Há nomes, porém, que dispensam o genérico toponímico porque são unidades lexicais que se bastam por si sós, ou pelo seu termo específico, como Corcovado e Pão de Açúcar; são lexias plenas na função designativa, são simbologias referenciais que transmitem toda a carga semântica à simples enunciação. Menos impacto tem a lexia Penha, que pode ser confundida, na função denotativa “pedra”, com outras semias que adquiriu em sua trajetória denominativa (Nossa Senhora da Penha).

Comparando-se os índices motivadores dessas unidades geonímicas de natureza física (Taquara, Cabritos, Papagaio, Boa Vista) com os antropoculturais (Viúva, Imprensa, Telégrafo, Imperador, Dois Irmãos), a oronímia de São Paulo destaca dois morros, dos primeiros tempos da colonização: um, de origem tupi, metafórico, Jaraguá (“o vale do Senhor”) e a Cantareira (de origem portuguesa); outros morros deram seus nomes aos bairros nascentes em sua área como Morro Grande, Morro da Casa Verde, da Freguesia do Ó (zona norte) ou Morro da Penha (zona leste). Na microtoponímia da cidade, ruas foram identificadas com nomes de morros cariocas como os morros de Santa Marta, de Santa Teresa, do Valongo, de Tubiacanga, da Babilônia; outras vias receberam os topônimos por deslocamento de nomes de municípios paulistas: Morro Agudo, Morro do Alto; outros traduzem lexias históricas conhecidas, como o Morro do Espia, já citado em Gabriel Soares, ou o Morro do Chapéu, que traduz forma geográfica conservadora, aparecendo até nos relatos indígenas transcritos dos cronistas sob a lexia tupi Araçoya/Araçoyaba, também nomes de municípios.

Nomes orográficos ou geomorfológicos, empregados na microtoponímia urbana, mostram-se, geralmente, desvinculados do motivo gerador da denominação; não

apresentam, muitas vezes, relação com a paisagem que os acolhe, não trazem o *continuum* denominativo necessário para marcar a tradição local do uso; significam, nesses casos, unidades lexicais virtuais, sem vínculos referencializáveis.

Inverte-se a situação comparativa no Rio se alargarmos a visão para os antigos distritos da Capitania, onde todos, no dizer de Casal, são “montuosos”. Oliveira, em seus estudos da toponímia carioca, em 1935, elenca 206 nomes sob a categoria “morros”. O uso popular, porém, ao longo do percurso do chamamento, pode ter alterado alguns designativos ao substituí-los por outros genéricos, como Gávea, que na carta do Rio aparece como pedra/pico; assim também o registro das remissivas que indicam substituição ou desuso do termo, caso do Morro do Castelhana, “entre Catumbi e Rio Comprido”, alterado para Santos Rodrigues. O número total de registros deve ser reexaminado para a conclusão mais segura.

□

Microtoponímia urbana

Do material inicialmente coletado, ainda incompleto, selecionamos os registros que ocorrem no centro histórico das duas cidades e que, em um ângulo etnolinguístico, poderão indicar posições motivadoras próximas, uso comum de unidades lexicais, frequência enunciativa em ambientes linguísticos semelhantes, concorrendo para a melhor compreensão identitária do europeu aqui transmigrado.

A rua é o caminho melhorado, do ponto de vista de sua morfologia; semanticamente, para nós, é “um verdadeiro microcosmo dentro do organismo maior do aglomerado urbano”, “a rua tudo testemunha, numa atitude cúmplice de aceitação”: “Em São Paulo, a vila obedeceu a inclinação natural do terreno, daí o surgimento espontâneo das trilhas sem um esquema rigoroso da linearidade, de onde se pudesse descortinar os grandes horizontes” (Dick, 1997, p. 133).

Ao se abrirem, as ruas furtaram espaços

preciosos ao rocío, área pública, incorporando-os, aos poucos, aos espaços privados, alargando-se estes e diminuindo aquele, num rito de dominação. Por isso, as cidades antigas se parecem entre si, crescendo sem planejamento, a cavaleiro dos morros, abrindo-se aqui ou ali em aclives agudos ou encostas escorregadias. As ligações entre os planos ora são feitas por travessas, becos ou vielas e até por servidões. Comumente, as ladeiras ganham o sentido de caminhos, transformando-se em signos substitutos de rua, a lexia mais recorrente na nomenclatura urbana.

São Paulo ainda tem ladeiras conhecidas desde os tempos coloniais, como a “ladeira do porto geral do Tamanduatef”, hoje, Ladeira Porto Geral, na zona atacadista; Ladeira de Santo Amaro, no centro, a Ladeira Municipal, hoje General Carneiro, junto à Sé; Ladeira de São Francisco, junto à Faculdade de Direito; a Ladeira da Memória, no Vale do Anhangabaú, data do séc. XIX. Outra ladeira famosa foi a do Piques, onde está a Praça da Bandeira, também no vale, aparecendo no séc. XVIII e resumindo, para Cursino de Moura, toda a “velharia da Cidade” (apud Dick, 1997, p. 217).

As mais antigas ruas paulistas surgem em decorrência dos templos religiosos de ordens e companhias quinhentistas e seiscentistas, como o beco do Colégio dos Padres (jesuítas), a Rua de São Bento, a de N. S. do Carmo, também ladeira, beco, e Rua dos Carmelitas; Largo de São Francisco, ou Terreno de São Francisco das Chagas; Ladeira de Santo Antônio, hoje Dr. Falcão; a Misericórdia, da irmandade da Santa Casa, Rua do Rosário, da Irmandade dos Homens Pretos de N. S. do Rosário, Rua de Santa Ifigênia. Estes logradouros, em sua maioria, não foram substituídos em seus designativos.

No Rio, pela conformação geográfica, como se disse, e proximidade do mar, e o fato de ter sido cidade imperial, a situação denominativa é um pouco diferente, embora, em seu centro histórico, existam também a rua e ladeira São Bento e a Rua dos Beneditinos; as ruas do Rosário e de Santo Antônio, o Largo de São Francisco de Paula,

a Rua do Carmo e o Beco dos Carmelitas. Em São Paulo, ganhou notoriedade maior o Pátio do Senhor Jesus, depois de 1936, restaurado como Pátio do Colégio, ele que fora Largo do Palácio, que o Rio também registra; no Rio, o centro distingue-se, em termos de templos, pela Igreja da Candelária que batiza a rua desse nome, denominada, no início do séc. XVII, Rua Direita da Candelária. A Rua de Santa Luzia, que não aparece em São Paulo, não é fator isolado no contexto semântico analisado, uma vez que recupera a devoção histórica da Santa, cuja capela, construída em 1592, próxima ao Morro de São Bento, foi uma das mais antigas da cidade; dois outros pontos receberam o mesmo designativo, o Matadouro de Santa Luzia, no século XVIII, e a Praia de Santa Luzia (Santos, 1981, p. 77). A Rua Senhor dos Passos, paralela à Av. Presidente Vargas, não tem similar em São Paulo, como parâmetro denominativo do centro velho; aberta em fins do século XVII, não foi a primeira denominação da rua, pois era conhecida como Fernão Gomes e Pole; tinha má fama, pelos casebres simples, por ser zona de prostituição e malfeitores. A troca dos nomes, além da devoção, poderia significar um presságio de mudanças, em uso eufemístico.

Verificando-se outros referenciais não-religiosos, encontram-se elementos comuns nas duas cidades; beco do cotovelo (nome antigo da Rua da Quitanda, em São Paulo), rua da cadeia, do pelourinho; ladeira do colégio, ladeira da quitanda, rua detrás do Carmo, rua detrás do hospício, do jogo da bola, do ouvidor, do seminário, das flores, rua formosa. Dos traços designativos existentes, o marcador lingüístico “rua direita” é um dos mais constantes em vários locais. Situada entre os morros do Castelo e de São Bento, de origem seiscentista, teve outros nomes: caminho ou praia de Manoel de Brito, Direita do Carmo para São Bento, Rua Direita para a Misericórdia, ou de N. S. do Bom Sucesso, rua que vai para São José (em São Paulo, também foi conhecida como “caminho direto que vai do Colégio para o Anhangabaú”, “caminho direto para a Misericórdia” ou “para Santo Antônio”).

Animada e movimentada, também era, como a paulista, uma rua torta, trocando de nome, em 1870, para Primeiro de Março em comemoração à vitória de Aquidaban, na Guerra do Paraguai. Diferentemente de São Paulo, onde a mudança de nome, após a República, não vingou; continua sendo o que sempre foi, a Rua Direita do comércio variado, hoje entretido por camelôs e ambulantes de toda espécie. É, porém, um dos símbolos da cidade.

O Rio tem outros nomes característicos que o diferenciam de São Paulo e traduzem uma característica particular, como as ruas que identificam, nos próprios locais, as corporações de ofício instaladas na cidade: rua dos ourives, dos latoeiros, dos mercadores, dos pescadores, dos barbeiros, dos mineiros; ou de animais, como mata cavalos e mata porcos; denotativos por excelência, representavam centros de comércio intenso. A Rua da Lapa e o Largo da Lapa, antigo campo dos frades, ou Rua da Lapa do Desterro, são de referência tipicamente portuguesa; como diz Debret, a Lapa é “a parte mais construída do Rio de Janeiro, no fim do reinado de D. João VI; começava na Igreja da Lapa até a Rua Direita” (Prado, 1990, p. 87).

Os arcos do Rio são marcas de significação onomástica e representam construções para o abastecimento de água, desde o governo de Martim Corrêa de Sá (1602-08). Os arcos da Carioca, construídos de pedra e cal, datam de 1719 e usavam como reservatório o Rio Carioca (Santos, 1981, p. 147). Outros arcos existiam como nomeação: rua do arco de São Bento, de 1743: “durante muito tempo existiu um arco ou passadiço sobre essa rua, comunicando o mosteiro com a horta e arca”, que foi demolido pela abertura das ruas Municipal e dos Beneditinos; e Rua do Arco do Teles, no séc. XVIII, depois Travessa do Comércio, da Praça 15 de Novembro à Rua do Ouvidor (Santos, 1981, p. 119).

A respeito do Largo da Carioca, o padre Gonçalves dos Santos informa que o logradouro nasceu com o represamento de um brejo próximo ao Campo da Ajuda, ou de Santo Antônio (1616); o nome proveio

do Chafariz ou Bica da Carioca, existente desde 1723, cuja água, provinda de várias bocas, escorria em um tanque amplo; foi demolido na primeira metade deste século (Santos, 1981, p. 97).

Do ponto de vista lingüístico, o Rio ainda possuiu várias designações com a lexia real, tornada elemento onomástico distintivo em relação a São Paulo, por exemplo: Rua da Real Grandeza, do Real Erário (1791), atual Avenida Passos, Praça Real da Sé Nova. No séc. XIX, fora da área paulistana analisada, houve uma região chamada Real Grandeza, em substituição ao antigo Caaguasu, “mato grande”, que definia uma extensa área de mata virgem, desde o sítio Butantã à região da Avenida Paulista e prolongamentos até a zona do Jabaquara. Ambos os designativos, o brasílico e o português, caíram em desuso ao se projetar a avenida nova com o batismo étnico (“dos paulistas”, atual avenida Paulista).

□

CONCLUSÃO

O estudo toponímico contrastivo de duas regiões, em análise simultânea, como foi proposto neste trabalho, não é tarefa fácil nem comum. O procedimento normal nas práticas onomásticas é levar em conta apenas uma área, o que permitirá ao pesquisador debruçar-se em seus pormenores e elucidar pontos controversos, uma vez superada a barreira do próprio levantamento nominal.

No presente caso, uma das cidades escolhidas, São Paulo, já vem sendo objeto de nossas pesquisas, desde há bastante tempo. Os dois centros paulistanos, o velho e o expandido, foram objeto de nossas teses acadêmicas. Dos bairros da cidade, os mais antigos foram analisados em sua morfologia, na disposição de seu traçado, na historiografia de sua formação, na natureza política de seus elementos constitutivos. Dos bairros mais novos, muitos deles planejados, o levantamento está se realizando, paulatinamente, através das cartas dis-

poníveis e da pesquisa de campo, quando possível. Em qualquer um dos procedimentos, porém, o estudo lingüístico da terminologia onomástica segue a metodologia adotada no Projeto Atesp – Atlas Toponímico do Estado de São Paulo – discutida também em dissertações de nossos mestrandos.

Com o Rio foi diferente. A utilização da mesma metodologia de trabalho, imprescindível ao diagnóstico da análise global do estudo, não dispensa que se cumpram, passo a passo, as etapas preliminares recomendadas pelo Atesp. Daí o desafio que se apresentou ao pesquisador, mesmo respaldado em uma experiência de estudo. Não basta, assim, “ler” as cartas geográficas, sincronicamente, é preciso saber interpretá-las, retirando do texto cartográfico as relações de causa e efeito, que são diacrônicas ou pancrônicas, ainda que a perspectiva do analista externo seja ética e não êmica. Conhecer o meio alógeno significa entender, primeiro, o seu próprio, na totalidade de suas condicionantes, a fim de que a visão etnolingüística se realize e se justifique. Por isso os recortes feitos no *corpus*, para torná-lo mais próximo dos resultados esperados.

Abrangendo-se, na pesquisa, como amostragem, apenas dois campos de enquadramento, de um lado, o geomorfológico e o hodonímico, que não deixa de ser uma decorrência daquele e, do outro, elegendo-se a rua como um referencial lexemático, colocaram-se em confronto dois pontos de vista: um, mais específico, em que a tipologia deveria refletir, por já testada antes, a objetividade da visão do nomeador ao descrever os aspectos do acidente natural (morros); o outro, o urbano, mais abrangente, pela própria natureza dos motivos em jogo, devendo revelar as características comemorativas, mais amplas que a outra (descritiva) como homenagens políticas, devocionais ou de credos, de amizade, de respeito, de reverência filial ou familiar, enfim, de aspecto ideológico. O centro carioca traduz esse universo: nomes de presidentes, datas históricas, santos e santas, nomes de países, procedência étnica (Rua Uruguaiana; Largo da Carioca).

Indicam esses nomes o que chamamos variáveis culturais (Dick, 1990, pp. 1-10) próprias de uma determinada comunidade, num determinado tempo.

O desafio maior que se apresenta ao pesquisador, nesse contato com a toponímia do Rio, qual seja, conhecer o denominador, sua produção nominativa e as relações de significação decorrentes do modelo paradigmático adotado, de uma certa forma, foi vencido, pelo menos em parte. Trata-se, porém, de uma pesquisa ainda em proces-

samento, porque não concluída.

Algumas certezas foram comprovadas: a função dos referenciais geográficos ou culturais, na nomenclatura, como dado êmico indicial, não deixou dúvidas; veja-se, por exemplo, o papel dos arcos, inexistentes em São Paulo, caracterizando um ângulo da paisagem; ou a presença dos profissionais de ofícios, dando nome às ruas e marcando, dessa forma, as categorias de um trabalho nascente na cidade que ia adquirindo outras feições públicas.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Aurélio M. G. de. *Culturas Indígenas do Brasil*. São Paulo, Traço, 1987.
- ANCHIETA, Pe. Joseph de. *Informação do Brasil e de suas Capitanias*. São Paulo, Obelisco, 1964.
- CASAL, Manuel Aires de. *Corografia Brasileira*. São Paulo, Edusp, 1976.
- CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.
- DICK, Maria Vicentina de P. do Amaral. *A Motivação Toponímica e a Realidade Brasileira*. São Paulo, Arquivo do Estado, 1990.
- _____. "Toponímia Brasileira: os Estudos que Faltam", in *Toponímia e Antroponímia no Brasil. Coletânea de Estudos*. 2ª ed. São Paulo, FFLCH/USP, 1990a.
- _____. *A Dinâmica dos Nomes na Cidade de São Paulo: 1554-1897*. 2ª ed. São Paulo, Annablume, 1997.
- DIÊGUES JR., Manoel. "Da Pesquisa Histórica em sua Relação com a Antropologia e a Sociologia", in *Ciência & Trópico*. Vol. 4. nº 1. Recife, Inst. J. Nabuco de Pesquisas Sociais, jan.-julho/1976, pp. 29-36.
- GRAHAM, Maria. *Diário de uma Viagem ao Brasil*. São Paulo, Edusp, 1990.
- KOSERITZ, Karl Von. *Imagens do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1980.
- LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. 4ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.
- LÉRY, Jean de. *Viagem à Terra do Brasil*. São Paulo, Edusp/Martins Fontes, 1972.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *O Pensamento Selvagem*. 2ª ed. São Paulo, Nacional, 1976.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Antropologia*. Org. Eunice R. Durham. São Paulo, Ática, 1986.
- MAWE, John. *Viagens ao Interior do Brasil*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1978.
- OLIVEIRA, Agenor Lopes de. *Toponímia Carioca*. Rio de Janeiro, Secr. Geral da Educação e Cultura, 1935.
- PAIS, Cidmar Teodoro. "Conceptualização, Denominação, Designação, Relações", in *Revista Brasileira de Linguística*. V. 9, nº 1. São Paulo, SBPL/Plêiade, 1997, pp. 221-39.
- POTTIER, Bernard. *Le Language. Les Dictionnaires du Savoir Moderne*. Paris, Denoel, 1973.
- PRADO, J. F. de Almeida. *O Artista Debret e o Brasil*. São Paulo, Nacional, 1990.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda Viagem do Rio de Janeiro, a Minas Gerais e a São Paulo: 1822*. São Paulo/Belo Horizonte, Edusp/Itatiaia, 1974.
- SALLES, F. Teixeira de. *Vila Rica do Pilar*. São Paulo, Edusp, 1982.
- SANTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memórias para Servir à História do Reino do Brasil*. São Paulo, Edusp, 1981.